

# CADERNO DE ENCARGOS

## 1 – OBJETO DO FORNECIMENTO

O presente procedimento consiste na aquisição de duas viaturas de nove lugares, para transportes escolares, nas condições definidas no presente caderno de encargos.

## 2 – CARATERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 2.1. - 2 uni - Viatura de nove lugares, com retoma

Com os seguintes requisitos:

- Viatura de 9 lugares;
- Cor branca;
- Zero quilómetros;
- Distribuição de lugares, sendo ela de 2+2+2+3;
- Cilindrada igual ou superior a 1.968cc;
- Potência igual ou superior a 114cv;
- Motor igual ou superior a 4 cilindros;
- Combustível diesel;
- Caixa de velocidade manual ou automática de mínimo 5 velocidades;
- Altura entre 1990mm e 2355mm;
- Comprimento entre 5304mm e 5986mm;
- Distância entre eixos 3400mm e 3640mm;
- Tração dianteira;
- Ar condicionado;
- Auto rádio;
- Sistema mãos livres Bluetooth;
- Depósito de combustível (diesel) igual ou superior a 70 lts;
- Porta lateral direita deslizante no compartimento de passageiros;
- Portão traseiro vidrado com limpa-vidros e desembaciador;
- Vidros deslizantes na 2ª fila e fixo na 3ª fila dos lados direito e esquerdo;
- Airbag para o condutor e passageiro (com opção desativação do passageiro);
- Aviso sonoro e visual para cinto de segurança não colocado;
- Apoios de cabeça com regulação em altura;
- ESP com assistência de travagem ABS, ASR, EDL e Hill Holder;
- Faróis dianteiros em halogénio (h4);
- Fecho de segurança para a porta lateral deslizante (crianças);
- Fecho central com controlo remoto (sem SAFELOCK);
- Imobilizador eletrónico do motor;
- Luzes diurnas;
- Volante com regulação em altura e profundidade;
- Banco do condutor com regulação em altura e apoio lombar;
- Norma de emissão de gases Eu6;
- Cruise control;
- Indicador indireto da pressão dos pneus;

- Painel de instrumentos com Km/h, kms totais, rpm, combustível, entre outras;
- Sistema Star-Stop;
- Volante multifunção com controlo de rádio e telemóvel;
- Vidros elétricos nas portas da frente;
- Pneu suplente;
- Tapetes do condutor e ocupantes em borracha;
- Vidros limitados a 1/3 da abertura total (à exceção do vidro do motorista);
- Kit de primeiros socorros;
- Extintor fixado de 2kg;
- Dísticos de uso obrigatório de cinto de segurança;
- Dísticos de indicação de extintor e kit primeiros socorros;
- Dísticos em vinil com logotipo do Município de Aljezur nas portas laterais dianteiras e capô, com o formato igual ou superior a 50cm x 36cm de cor preta com A em verde nas portas e formato igual ou superior 25cmx10cm de cor preta com A em verde.

## **2.2. - Retomas:**

O valor mínimo para retoma da viatura Ford, propriedade deste Município, é de **€100,00** (cem euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

O valor da viatura a retomar não é deduzido ao valor das viaturas a adquirir.

### **Caraterísticas da viatura a retomar:**

- Marca Ford;
- Modelo Fiesta;
- Matrícula 26-96-IV;
- Ano 1997;
- Km 54847

O valor mínimo para retoma da viatura Peugeot, propriedade deste Município, é de **€800,00** (oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

O valor da viatura a retomar não é deduzido ao valor das viaturas a adquirir.

### **Caraterísticas da viatura a retomar:**

- Marca Peugeot;
- Modelo Boxer;
- Matrícula 87-24-ZC;
- Ano 2004;
- Km 468299

As viaturas, propriedade do Município, poderão ser vistas nas instalações do Armazém Municipal, mediante prévia marcação junto dos serviços.

### **3 – PAGAMENTO DE IUC E DESPESAS DE LEGALIZAÇÃO**

- 3.1. - O Imposto Único de Circulação referente às viaturas não deverá ser imputado ao Município em virtude do mesmo se encontrar isento do seu pagamento.
- 3.2. - As despesas de legalização e transferência de propriedade das viaturas serão da responsabilidade do vendedor.
- 3.3. - É da responsabilidade do adjudicatário proceder à homologação da viatura pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., para transporte de crianças, ficando responsável por qualquer alteração que venha a ser necessária para que a viatura possa ser homologada. Qualquer alteração, que seja necessária, será considerada para todos os efeitos, como uma reparação ao abrigo das garantias das viaturas.

### **4 – ENTREGA DOS BENS**

- 4.1. - Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas instalações do Município, no prazo constante da proposta adjudicada, não superior a 60 (sessenta) dias seguidos.
- 4.2. - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.
- 4.3. - Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o Município, bem como o risco de deterioração dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

### **5 – PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL**

- 5.1. - O preço Base (valor máximo) do procedimento é de **€78.400,00** (setenta e oito mil e quatrocentos euros), o qual não inclui o IVA.
- 5.2. - Os preços apresentados nas propostas são os preços de venda sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), e incluem, para além do valor das viaturas propriamente dito, o seguinte:
- a) O custo dos serviços de transporte e respetivos seguros até ao local de entrega designado;
  - b) O custo com o desalfandegamento e matriculação – Documento único automóvel;
  - c) Homologação da viatura pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., para transporte de crianças;
  - d) Outros impostos se aplicável;
  - e) O custo da assistência pós-venda e outros incluídos no âmbito da garantia;
  - f) Os acessórios exigidos pelo Código da Estrada;
  - g) O equipamento de série e/ou opcional incluído no preço;
  - h) O combustível necessário à verificação imediata do veículo;
  - i) A documentação a fornecer.

### **6 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 6.1. - O pagamento será efetuado, após aceitação da fatura, num prazo de 30 dias.
- 6.2. - O pagamento será efetuado diretamente ao fornecedor.

### **7 – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de fornecimento dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico de peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato.

## 8 – CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM

8.1. - O fornecedor obriga-se a entregar ao Município (em morada a indicar posteriormente) os bens objeto do contrato com as características e especificações técnicas previstas no número 2.1. do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo estipulado na proposta sendo que caso o mesmo não seja cumprido, por facto imputável ao fornecedor, poderá implicar o pagamento por parte deste ao Município, de uma multa, nos termos do número 15, por cada dia que for excedido o referido prazo.

8.2. - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

8.3. - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita a conformidade dos bens.

8.4. - O fornecedor é responsável perante o Município por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhes são entregues.

## 9 – GARANTIA TÉCNICA

9.1. - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos a venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de dois anos, a contar da data da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características e especificações técnicas definidas no número 2 do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

9.2. - A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do equipamento ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

9.3. - Caso o Município detete qualquer defeito ou discrepância, deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva reparação.

9.4. - A reparação ou substituição previstas no presente número devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pelo Município e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e fim a que o mesmo se destina.

## 10 – GARANTIA E CONTINUIDADE DE FABRICO

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo estimado de vida útil dos bens, de acordo com as regras de amortização contabilística aplicáveis.

## 11 – CONTRATO

A adjudicação é formalizada por contrato escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do CCP, obrigando-se o adjudicatário a entregar toda a documentação necessária para a sua celebração.

## **12 – APROVAÇÃO E ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

12.1. - Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante, aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, quando seja o caso.

12.2. - Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração.

## **13 – DESPESAS DO CONTRATO**

13.1. - As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos/taxas legalmente devidos pelo adjudicatário, nomeadamente a taxa de elaboração de contrato no valor de € 48,87, prevista no ponto 9 do Artigo 1º da Tabela Geral de Taxas e Licenças do Município.

13.2. - Correm igualmente por conta do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

## **14 – GESTOR DO CONTRATO**

A entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, designará um Gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

## **15 – PENALIDADES CONTRATUAIS**

15.1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos seguintes:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $P = (V \cdot D / 365) / 3$ , em que P corresponde ao montante da penalidade, V corresponde ao valor do contrato do fornecimento, e D corresponde ao número de dias em atraso.

## **16 – OBRIGAÇÕES DE SIGILO**

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade contratante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

## **17 - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

17.1. - O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

17.2. - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante deve apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º. do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e demais alterações

## **18 – SUBCONTRATAÇÃO**

O adjudicatário não poderá, por qualquer forma, subcontratar terceiras entidades para a realização de tarefas relativas ao objeto do contrato, sem prévio consentimento da entidade adjudicante.

## **19 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

19.1. - Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade

da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

19.2. - Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

19.3. - A parte que invocar casos de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

## **20 - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

20.1.- São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização no presente procedimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

20.2. - Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

## **21 – RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

20.1. - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, a outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

20.2. - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na entrega do bem ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 60 dias úteis.

## **22 – FORO COMPETENTE**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé.

## **23- CONDIÇÕES COMUNS**

23.1. - A rescisão não prejudica quaisquer ações de responsabilidade civil por factos verificados durante o período de vigência do contrato.

23.2. - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.

23.3. - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas.

## **24 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e demais legislação aplicável.